

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2029/2019-PGJ, DE 11.6.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti 19 (dezenove) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, a serem usufruídos no período de 9 a 27.9.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2056/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan, de forma que, onde consta: “26.6 a 13.7.2019”; passe a constar: “12 a 31.8.2019”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2024/2019-PGJ, DE 10.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 17.6.2019, as férias da Promotora de Justiça Simone Almada Goes, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2051/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça da comarca de Anaurilândia, Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bataguassu, no dia 14.6.2019, em razão de licença do titular, Wilson Canci Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2044/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2017/2019-PGJ, de 10.6.2019, que designou o 2º Promotor de Justiça de Aquidauana, José Maurício de Albuquerque, para atuar nas audiências da referida Comarca, de forma que:

- onde consta:

LOCAL	DATA
Juizado Especial Adjunto	11.6.2019
Vara Criminal	12.6.2019

- passe a constar:

LOCAL	DATA
Vara Criminal	11.6.2019
Juizado Especial Adjunto	12.6.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2052/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 6ª Zona Eleitoral, no dia 14.6.2019; e tornar sem efeito, no referido dia, a Portaria nº 1941/2019-PGJ, de 4.6.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Wilson Canci Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2053/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 1º.5.2019, a ser usufruído no dia 12.11.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2054/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2014 a 6 de janeiro de 2015, a ser usufruído nos dias 13 e 14.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2055/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Campo Grande, referente ao segundo semestre de 2019 nos termos da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, alterada pela Resolução nº 012/2017-PGJ, de 29.6.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
1º (18h01min) a 8.7.2019 (7h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	Marcos Fernandes Sisti
8 (18h01min) a 15.7.2019 (7h59min)	Julio Bilemjian Ribeiro	Luiz Eduardo Lemos de Almeida
15 (18h01min) a 22.7.2019 (7h59min)	Gevair Ferreira Lima Junior	Emy Louise Souza de Almeida Albertini
22 (18h01min) a 29.7.2019 (7h59min)	Nicolau Bacarji Junior	Paulo Henrique Camargo Iunes
29.7 (18h01min) a 5.8.2019 (7h59min)	Rodrigo Yshida Brandão	Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah
5 (18h01min) a 12.8.2019 (7h59min)	Juliane Cristina Gomes	Andréia Cristina Peres da Silva
12 (18h01min) a 19.8.2019 (7h59min)	Marcelo Ely	Candy Hiroki Cruz Marques Moreira
19 (18h01min) a 26.8.2019 (18h)	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	Christiane de Alencar
26.8 (18h01min) a 2.9.2019 (7h59min)	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	Silvio Amaral Nogueira de Lima
2 (18h01min) a 9.9.2019 (7h59min)	Adriano Lobo Viana de Resende	Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira
9 (18h01min) a 16.9.2019 (7h59min)	Aline Mendes Franco Lopes	Clovis Amauri Smaniotto
16 (18h01min) a 23.9.2019 (7h59min)	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo	Rogério Augusto Calabria de Araujo
23 (18h01min) a 30.9.2019 (7h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo	Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo
30.9 (18h01min) a 7.10.2019 (7h59min)	Clovis Amauri Smaniotto	Aline Mendes Franco Lopes
7 (18h01min) a 14.10.2019 (7h59min)	Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	Adriano Lobo Viana de Resende
14 (18h01min) a 21.10.2019 (7h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues
21 (18h01min) a 28.10.2019 (7h59min)	Silvio Amaral Nogueira de Lima	José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
28.10 (18h01min) a 4.11.2019 (7h59min)	Christiane de Alencar	Marcelo Ely
4 (18h01min) a 11.11.2019 (7h59min)	Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan
11 (18h01min) a 18.11.2019 (7h59min)	Emy Louise Souza de Almeida Albertini	Juliane Cristina Gomes
18 (18h01min) a 25.11.2019 (7h59min)	Luiz Eduardo Lemos de Almeida	Rodrigo Yshida Brandão
25.11 (18h01min) a 2.12.2019 (7h59min)	Andréia Cristina Peres da Silva	Nicolau Bacarji Junior
2 (18h01min) a 9.12.2019 (7h59min)	Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah	Ricardo Benito Crepaldi
9 (18h01min) a 19.12.2019 (7h59min)	Marcos Fernandes Sisti	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2057/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani a se ausentar de sua comarca, no período de 12 a 14.6.2019, para participar do III Encontro Nacional do Ministério Público do Tribunal do Júri, a ser realizado pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, UNCMP, no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Brasília-DF, nos dias 13 e 14.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2058/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Fernando Jorge Manvailer Esgaib, para, sem prejuízo de suas funções, atuar em audiência admonitória de advertência sobre os malefícios das drogas, no dia 28.6.2019, às 9h, no prédio do Centro Integrado de Justiça (Cijus) da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2059/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 3 e 4.6.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2060/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, por ter atuado no período de 27.12.2016 a 1º.1.2017, a serem usufruídos no período de 17 a 19.6.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2061/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 2 a 9.7.2018 e 21 a 28.1.2019 e no dia 5.11.2018, a serem usufruídos nos dias 2, 3, 4, 5 e 6.9.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2062/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 21 a 28.5.2018, a serem usufruídos nos dias 4 e 5.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2064/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, no período de 17 a 19.6.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 2065/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 17.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2067/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	25.11.2018	19.6.2019
Romão Avila Milhan Junior	6 e 7.5 e 1º.7.2017	24, 25 e 26.6.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2068/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1415/2019-PGJ, de 25.4.2019, que concedeu ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão referente ao dia 21.5.2018, que seria usufruído no dia 31.5.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2069/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 34ª Zona Eleitoral, no dia 19.6.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2070/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 64ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Amaral Cavalcante, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da Vara da Infância, da Adolescência e do Idoso da referida Comarca, referente à Medida Protetiva nº 0900545-08.2018.8.12.0001, no dia 12.6.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2066/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 40/2019, de 5.6.2019, da Prefeitura de Batayporã, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 14.6.2019, em razão das comemorações do padroeiro da cidade de Batayporã (13.6.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0010/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Batayporã no dia 14.6.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 14.6.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Batayporã, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2071/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.153, de 6.6.2019, da Prefeitura de Corumbá, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 14.6.2019, em razão das comemorações da retomada de Corumbá (13.6.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0011/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Corumbá no dia 14.6.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 14.6.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Corumbá, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2072/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 4.595, de 7 .6.2019, da Prefeitura de Costa Rica, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 14.6.2019, em razão das comemorações do padroeiro da cidade de Costa Rica (13.6.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0013/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Costa Rica no dia 14.6.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 14.6.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Costa Rica, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2073/2019-PGJ, DE 12.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 11.133, de 26.2.2019, da Prefeitura de Porto Murtinho, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 14.6.2019, em razão das comemorações do aniversário da cidade de Porto Murtinho (13.6.2019);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0012/2019 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que autoriza a decretação de ponto facultativo no foro judicial da comarca de Porto Murtinho no dia 14.6.2019,

R E S O L V E:

Declarar ponto facultativo o dia 14.6.2019, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Porto Murtinho, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2048/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 17.6.2019, do cargo em comissão de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor João Manoel Mazzei Rabelo, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2049/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Mauricio Ramos Neves para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de João Manoel Mazzei Rabelo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2050/2019-PGJ, DE 11.6.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 14.6.2019, do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Bruno Batista da Silva, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 12/2019/CSMP**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 15, inciso VII do art. 7º, c/c o art. 72 e inciso I do art. 63, todos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, comunica aos Promotores de Justiça de primeira entrância que, dentro do prazo de CINCO DIAS, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que aspiram à remoção pelo critério de antiguidade para a Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, primeira entrância.

Campo Grande, 12 de junho de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO 33/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/3700/2018

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2 – **GUSTAVO FARIA DE OLIVEIRA**, representado por **Leandro Henrique Paleari**;

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no com o artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991; e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Dorival Monteiro Nogueira, nº 1256, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de Nova Alvorada do Sul/MS, registrado no Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Nova Alvorada do Sul/MS sob a matrícula nº 3.803, com área total de 439,95m² (quatrocentos e trinta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), para a instalação da sede da Promotoria de Justiça daquela comarca.

Valor mensal do contrato: **R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)**, nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002467, de 27.05.2019.

Vigência: 28.05.2019 a 28.05.2024.

Data de assinatura: 28.05.2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/PGJ/2018 - CONTRATO Nº ENERGISA/CGCP/CCER/243-05.2018.

Processo PGJ/10/1745/2018.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 – **ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, representada por **Ercílio Diniz Flores e Dian Cleiton de Brito**.

Amparo legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses, para a compra de energia regulada – UC nº 33303509.

Valor contratual mensal estimado: R\$ 26.512,61 (vinte e seis mil, quinhentos e doze reais e sessenta e um centavos).

Vigência: 07.06.2019 a 07.06.2020.

Data de assinatura: 24 de maio de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/2041/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 21,5W, frequência 50/60 Hz; vazão de 37 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MAX ORANGE, para atender o prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$ 439,00 (quatrocentos e trinta e nove reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000099, de 21.05.2019.

Vigência: 28.05.2019 a 28.05.2020.

Data de assinatura: 28 de maio de 2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/PGJ/2018 - CONTRATO Nº ENERGISA/CGCP/CUSD/251-05.2018.

Processo PGJ/10/1745/2018.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 – **ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, representada por **Ercilio Diniz Flores e Dian Cleiton de Brito**.

Amparo legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses, para o uso do sistema de distribuição – UC nº 33303509, sem ônus para o erário público.

Vigência: 07.06.2019 a 07.06.2020.

Data de assinatura: 24 de maio de 2019.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/PGJ/2016.

Processo PGJ/10/1209/2016.

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **PRO-INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA LTDA - EPP**, representada por **André Luiz Parreiras**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 14/PGJ/2016.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, “b” da Lei 8.666/1993.

Objeto: Alteração do Anexo I – Lista de endereços das sedes do MPMS, para constar mais 3 (três) unidades/prédios do Contratante, sem ônus para o erário público.

Vigência: 10.06.2019 a 27.06.2020.

Data de assinatura: 10 de junho de 2019.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/PGJ/2016.

Processo: PGJ/10/1470/2016.

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 – **ZOOM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE EIRELI-EPP**, representada por **Paulo Jose Rezende Maia Costa**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 15/PGJ/2016.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II e artigo 65, §8º, da Lei 8.666/93.

Objeto: **Prorrogação do prazo de vigência** contratual por 12 (doze) meses, para a prestação de serviços de impressão e veiculação de *outdoor* e *busdoor*, para divulgação de campanhas realizadas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, **reajuste do valor contratual** pelo índice IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e **alteração do índice de correção** para que as eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, diante da Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017.

Valor contratual total: R\$ 46.492,00 (quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais).

Vigência contratual: 04.07.2019 a 03.07.2020.

Data da assinatura: 4 de junho de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/PGJ/2019 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.928 DE 15 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINA 27) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/0079/2019.

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2 - **VITÓRIA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI-ME**, representada por **Wagner Pereira da Silva**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de água mineral (galão com 20 litros), ofertado pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Ouro da Fonte. Empresa vencedora: VITÓRIA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI-ME .	Unidade	2.200	9,50

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 12 de março de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0023/2019/02PJ/CBA**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002889-1.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2018.00002889-1 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Marco Antonio Rezek

Objeto: O Compromissário tem ciência de que é prática ilegal e contrária às disposições ambientais vigentes: a) a construção, instalação ou realização de obras e serviços potencialmente poluidores sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, nos termos da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), bem como em desacordo com a legislação vigente; b) a intervenção capaz de alterar quantitativa e qualitativamente os aspectos naturais e demais bens ecológicos, de acordo com a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal); c) deixar de promover a proteção ou a recuperação das áreas de preservação permanente, bem como do solo, consoante os termos da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), da Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), e da Lei nº 8.171/91 (Lei de Política Agrícola), ou legislação que as sucedam; e d) deixar de reparar, mitigar e compensar os impactos ou degradações ambientais provocados pela exploração econômica da propriedade.

Obrigações: O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda Estrela”, matrícula nº 34.431, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente. Manifestado o *desinteresse* em explorar a área desmatada, o Compromissário assume a obrigação de restaurar os 33,44 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal no imóvel rural “Fazenda Estrela”, matrícula nº 34.431, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste Termo, por meio de isolamento da área através de cercas e adoção da metodologia de regeneração natural para reabilitação da área. Para tanto, o Compromissário assume a obrigação de informar ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo, a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada – PRADA, visando a recuperação dos 33,44 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal no imóvel rural “Fazenda Estrela”. O Compromissário deve, no prazo de 120 (cento e vinte dias) a contar da assinatura deste Termo, isolar e prevenir os fatores de degradação, ou seja, a presença de semoventes, ocorrência de fogo, invasão por espécies exóticas, erosão e desmatamento, adotando providências ao isolamento/cercamento da área degradada/alterada, controle de espécies exóticas, processos erosivos e supressão vegetal. O Compromissário reconhece que a implementação no imóvel rural dos trabalhos de campo referidos nesta Cláusula é obrigação de resultado de exclusiva responsabilidade do referido, além do que deverá estar executada no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafos importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia de atraso e cada obrigação inadimplida. Considerando a alteração adversa ao meio ambiente em desacordo com a legislação pátria, uma vez que sem autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, realizada junto ao imóvel rural “Fazenda Estrela”, ora descrita no Parecer nº 438/17/Nugeo e documentos que o seguem, consubstanciada na supressão 33,44 hectares de vegetação nativa do bioma Pantanal, obriga-se o Compromissário, a título de compensação pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ou seja, R\$ 290,36 (duzentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos por cada hectare desmatado), em favor do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário- CONSECOL, mediante transferência bancária (Banco Bradesco nº 237, Agência nº 0188, Conta Corrente nº 62.412-8, CNPJ nº 16.729769/0001-85), quantia que poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes iguais no valor de R\$ 3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o Compromissário ficará sujeito ao pagamento das multas respectivas, que serão revertidas para o Conselho

de Segurança de Corumbá e Ladário. Os valores das multas deverão ser recolhidos, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação, junto à instituição financeira *Banco Bradesco nº 237, Agência nº 0188, Conta Corrente nº 62.412-8, CNPJ nº 16.729769/0001-85*. Não sendo efetuado o depósito dos valores das multas, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público com atualização monetária e juros de 1% ao mês. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis

Corumbá/MS, 10 de junho de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

DOURADOS

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 21/05/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS e o AUTO POSTO MR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA., representado pelo seu sócio o senhor Ricardo Ojeda Pancieri, referente ao aumento injustificado e de forma arbitrária do valor de combustíveis (gasolina, etanol, óleo diesel e diesel S-10), no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00001550-8, disponível para consulta na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 11 de junho de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 29/05/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS e o AUTO POSTO PAULISTÃO, representado pela senhora Maria Aparecida Tavares Vargas, referente ao aumento injustificado e de forma arbitrária do valor de combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00001550-8, disponível para consulta na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 11 de junho de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 29/05/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS e o AUTO POSTO PIT STOP LTDA., representado pelo senhor Eloi Medina de Oliveira Brito, referente ao aumento injustificado e de forma arbitrária do valor de combustíveis (gasolina, etanol e óleo diesel), no bojo do Inquérito Civil n. 06.2018.00001550-8, disponível para consulta na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 11 de junho de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0014/2019/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2019.00001344-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000905-4

Requerente: Antônio Carlos Gasparotto Hindo.

Investigado: Paula Yoshihara - Me (Kebab Café).

Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do estabelecimento Paula Yoshihara - ME (Kebab Café), especialmente o cumprimento das normas de posturas municipais e política municipal do meio ambiente..

Dourados, 12 de junho de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0006/2019/01PJ/AMB

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Amambai - MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002148-0, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4.601, centro, nesta Cidade e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual no endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002148-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Interessados: Delegacia de Polícia Civil de Amambai e Seção da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as providências que serão adotadas pelos órgãos competentes acerca das denúncias recebidas nesta 1ª Promotoria de Justiça de Amambai envolvendo irregularidades relacionadas a ações judiciais cíveis intentadas por Advogado quanto a empréstimos bancários consignados em aposentadorias de idosos, em sua maioria, indígenas aldeados.

Amambai/MS, 11 de junho de 2019.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 020-2019-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000880-0 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000880-0 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvia de Matos Barbosa

Objeto: Apurar o desmatamento de 42,459 hectares no imóvel rural denominado Fazenda Bandoleiro, de propriedade de Silvia de Matos Barbosa, sem autorização do Órgão ambiental competente.

Aquidauana - MS, 11 de junho de 2019.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000841-1.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Joel Faustino Barbosa, Antônio José Ribeiro Neto e Pescara Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Assunto: apurar o dano ambiental decorrente de escavação em área de preservação permanente e de loteamento sem as autorizações necessárias na propriedade rural denominada Estância Paraíso 1, localizada no Município de Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 30 de maio de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAURILÂNDIA

EDITAL Nº 0015/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS - telefone (67) 3445-1393. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocedimentos/consulta/SAJ/processo>

Inquérito Civil nº 06.2019.00000833-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Anaurilândia.

Assunto: Fiscalizar as ações do Município de Anaurilândia e de particulares no combate à Dengue.

Anaurilândia/MS, 11 de junho de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

ANGÉLICA

EDITAL N° 018/2019**Edital de Convocação de Audiência Pública sobre o projeto Ministério Público Pela Educação (MPEDUC) no município de Angélica/MS**

O Ministério Público Federal, representado pelo Procurador da República Eduardo Gonçalves e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pelo Promotor de Justiça Anthony Állison Brandão Santos, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, no âmbito do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000082-0, da Promotoria de Justiça de Angélica/MS, e do Inquérito Civil n. 1.21.001.000384/2014-89, da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS, instaurados para implantação e acompanhamento do projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC) no município de Angélica-MS para verificar a efetividade dos programas do MEC/FNDE, convocam Audiência Pública, a realizar-se no dia 27 de junho de 2019, às 19h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Angélica/MS, localizada na Avenida Antônio Basílio de Lima, nº 218, Bairro Alvorada, CEP 79785-000, em Angélica/MS, com o objetivo de prestar contas sobre os trabalhos desenvolvidos no projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC), com respectivos resultados. Da Audiência Pública será lavrada, em até 20 (vinte) dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo disponibilizada aos interessados após o referido prazo. As inscrições são necessárias apenas para aqueles que quiserem fazer o uso da palavra e podem ser realizadas na Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, situada na Rua Stefan Dudas, 565, Angélica/MS, Tel (67) 3446-1696, ou por meio do endereço eletrônico: pjangelica@mpms.mp.br, até as 17 horas do dia 26 de junho de 2019, estando o número de participantes limitado à capacidade do auditório.

Divulgue-se o presente Edital.

De Dourados para Angélica, 11 de junho de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça.

EDUARDO GONÇALVES,
Procurador da República.